



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DOS DIREITOS HUMANOS - SEAD
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DE MATO GROSSO DO SUL

261ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 22 de outubro de 2025

Horário: 09h

1. MS Ativo – Municipalismo:

O Senhor Secretário-Executivo Thaner Castro Nogueira destacou o foco em resultados, a governança compartilhada entre Estado e municípios e a estrutura do programa em três fases, apontando desafios na Assistência Social, especialmente quanto a indicadores, registros de dados e comunicação. A Senhora Taciana Silvestrini ressaltou os impactos dos cortes orçamentários (FEAS e FPM), a ausência de reajuste do cofinanciamento para 2026, a suspensão temporária das VANS Itinerantes e a definição de pontos focais municipais para a operacionalização do sistema.

2. Participação dos Delegados/as de Mato Grosso do Sul na Conferência Nacional de Assistência Social:

A Senhora Taciana Silvestrini, informou que o Estado de Mato Grosso do Sul enviará 30 delegados à Conferência Nacional de Assistência Social, com custeio estadual das passagens aéreas e diária apenas para delegados governamentais, solicitando apoio municipal no deslocamento até a capital. Foi esclarecido que os delegados da sociedade civil terão despesas custeadas pelo CNAS. A Senhora Dra. Patrícia Cozzolino registrou dificuldades na execução de empenhos de diárias, com suspensão de monitoramentos presenciais, indicando a necessidade de alternativas como o monitoramento online.

3. Fluxos do Programa Recomeços:

Foi apresentado o Programa Recomeço, voltado a mulheres vítimas de violência doméstica acolhidas em Casa Abrigo e aos órfãos do feminicídio, com benefício mensal de até três salários mínimos por até seis meses, prorrogável, destinado ao pós-acolhimento. A equipe da Casa Abrigo irá realizar o acompanhamento inicial, cabendo ao município o monitoramento mensal e o envio de relatórios. A Senhora Taciana solicitou a pactuação do acompanhamento, especialmente nos municípios sem CREAS, e destacou que o município de residência dos órfãos será responsável pelo acompanhamento e alimentação dos dados.

4. Programa Bolsa Família – Acompanhamentos das Condicionalidades em MS:

A Senhora Superintendente Kamilla Nunes, destacou que apenas o IGD-PBF e o Programa Criança Feliz têm continuidade garantida no próximo ano, havendo perda de repasses em razão do baixo acompanhamento das condicionalidades. Reforçou a necessidade de planejamento intersetorial, busca ativa e uso adequado dos recursos, alertando para riscos de suspensão e falhas na prestação de contas. Informou-se ainda que o cofinanciamento do FEAS consta na LOA, com possibilidade de ajustes, tema que será retomado na próxima reunião da CIB e em reunião com o Governador sobre o orçamento de 2026.

5. Proposta de alteração do calendário CIB/MS e o Prêmio Mariluce Bittar:

Foi pactuada a alteração da agenda, definindo que a última reunião do ano ocorrerá em novembro. Informaram que a antecipação do Prêmio Mariluce Bittar para o dia 26 de novembro, pela manhã, com reunião do Coegemas à tarde, e o agendamento da reunião da CIB para o dia 27 de novembro, no Auditório da Receita Federal. A Senhora Dra. Patrícia Cozzolino, destacou a importância de manter as agendas pré-pactuadas e comunicadas, e informou-se que o resultado das Boas Práticas de Gestão será publicado em 27 de outubro.

Inclusão de Pauta - SEAD:

-Entrega do Plano Municipal;

A Senhora Taciana, informou a nova data da Entrega do Plano Municipal e solicitou a pactuação da prorrogação do prazo de entrega para o dia 30 de janeiro de 2026, e o mesmo foi pactuado entre os membros da mesa. Após a pactuação, foi encaminhado para a publicação no Diário Oficial.

Inclusão de Pautas - COEGEMAS:

-Migração do Agiliza Suas para o BB Ágil;

O Presidente do Coegemas, Senhor Isair Joris mencionou sobre a migração do Agiliza Suas para o BB Ágil, que os municípios estão tendo dificuldades de acessar os sistemas.

-Proteção de Alta Complexidade;

Debateu-se o acolhimento de jovens ao completarem 18 anos, com a criação de um Grupo de Trabalho para estudar cofinanciamento e parcerias com o Judiciário, visando evitar a violência institucional no desacolhimento. A Dra. Patrícia convidou os interessados a integrar o GT, orientando os municípios a encaminharem ao COEGEMAS o nome do representante indicado.